

BRECHT E O PLANO DIRETOR

Flávio Villaça

Professor Titular de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Este texto era originalmente o penúltimo capítulo do livro *As ilusões do plano diretor*, antes apenas das *Considerações finais*. Como esse livro veio a ser divulgado pela Internet, decidi encurta-lo, dele retirando este capítulo. Divulgo-o agora em separado.

Este texto faz parte de nossas reflexões que tem por objetivo responder à seguinte pergunta: como entender a sobrevivência da idéia de plano diretor na sociedade brasileira, por décadas e décadas, apesar da inoperância desse tipo de plano?

A resposta a essa pergunta começou a ser objeto de nossas preocupações por volta de 1990 e alguns anos depois começou a se delinear a resposta. Por cerca de quatro anos ministramos uma disciplina no Curso de Pós Graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo que, com o nome de *Planejamento Urbano e Ideologia*, tinha por objetivo responder a essa pergunta. Nessa disciplina tivemos alunos de várias cidades grandes e médias de todo o Brasil, pois o curso de Doutorado da FAU USP era então o único do país e por isso atraía alunos oriundos dos quatro cantos do Brasil. Nesse curso, era solicitado aos alunos que analisassem os planos diretores de suas cidades e investigassem suas aplicações.

Foram analisados planos diretores de dezenas de capitais e a conclusão foi sempre a mesma. Nenhum deles tinha atingido minimamente os objetivos – em geral ambiciosos – aos quais se haviam proposto. A quase totalidade – se não a totalidade - havia ido para nas gavetas das prefeituras, isso sem falar em aprovação por lei ou em participação popular, coisas das quais pouco se falava nas décadas de 70 e 80. (*)

A pergunta acima pode ser formulada também de outras maneiras como por exemplo: como entender que as elites brasileiras tenham se apegado tão ferrenhamente à idéia de plano diretor a ponto de nutri-la e mantê-la apesar de, por muitas décadas, nenhum plano diretor ter sido usado em nossas cidades embora centenas deles tenham sido elaborados? Como entender a sobrevivência e a força manifestadas por tanto tempo pela idéia de plano diretor – a ponto de sua obrigatoriedade fazer parte de nossa própria Constituição - apesar de serem eles inoperantes e não existirem na prática?

Plano Diretor X Zoneamento

Na procura da resposta a essa pergunta uma coisa ficou evidente desde o início. A história do planejamento urbano no Brasil deixa muito claro que existe uma grande diferença entre zoneamento de um lado e plano diretor de outro. Essa diferença é importante, embora em muitos casos, principalmente entre os leigos, ambos se confundam. A diferença entre ambos ajuda muito a responder a pergunta acima formulada.

(*) Esse era o período ao qual se referiam os planos analisados, pois era exigido na época, que eles tivessem sido aprovados com pelo menos 5 anos de antecedência, para terem sua aplicação avaliada.

Em primeiro lugar, o zoneamento existe no Brasil há mais de um século, desde o final do século XIX, enquanto que a idéia de plano diretor só surgiu por volta de 1930 com o Plano Agache, para a cidade do Rio de Janeiro. Desde seu surgimento, o zoneamento sempre foi constituído de leis claras e objetivas, que claramente dizem o que é permitido e o que é proibido e em que parte da cidade; é constituído portanto de leis auto-aplicáveis e que tem sido efetivamente aplicadas (obviamente com todos os percalços que se manifestam na aplicação de lei no Brasil). O zoneamento tem sido constituído por leis que inequivocamente tem sido formuladas para serem cumpridas, pois correspondem a interesses claros da classe dominante. O plano diretor, ao contrário, tem sido, com enorme frequência, pleno de retórica, princípios gerais, diretrizes, objetivos não auto-aplicáveis e de boas intenções. O interesse da classe dominante nos planos diretores existe, porém, ao contrario do zoneamento, não é nada claro. O zoneamento tem sido eminentemente empírico e surgiu no final do século XIX, tanto no Rio como em São Paulo, desvinculado de qualquer teoria e destinado a atender a necessidades claras e objetivas da classe dominante no tocante às partes de nossas cidades que eram de seu interesse, a saber: o centro principal e seus bairros residenciais (*).

O plano diretor tem sido o oposto disso: tem se revelado teoria pura e, no Brasil, desvinculada de qualquer experiência prática. É idéia que se nutre de si própria, que adquire autonomia e se descola da realidade empírica. Nasce e cresce entre nós, é verdade, a partir do conhecimento de idéias e experiências tanto da Europa como dos Estados Unidos, mas nossas elites nunca o puseram em prática.

Da idéia de “teoria pura, desvinculada de qualquer experiência prática” para a de **ideologia** foi um pulo.

Em outro texto desenvolvemos a questão do plano diretor enquanto ideologia e chegamos à seguinte conclusão: É por estar inserido na ideologia dominante sobre os problemas urbanos e suas causas e sobre a isenção e objetividade da técnica (a ideologia da tecnocracia) que o plano diretor sobrevive. Essa sobrevivência, por outro lado, só pode ser entendida se associada à todo um contexto social todo ele construído sob a égide da dominação e a ela associado. Esse contexto é constituído por um corpo de “conhecimento” e “boa técnica” no qual se incluem profissões, órgãos públicos, conceitos, definições, livros, disciplinas ensinadas nas universidades, bibliotecas e pesquisas e que vicejaram e foram mobilizados pela ideologia dominante com o discurso de atacar os “problemas urbanos” (VILLAÇA, 1999, 227).

Enquanto idéia pura, claro, o plano diretor é uma construção mental autônoma, porém, um tipo particular de construção mental, por ser descolada da realidade empírica. As idéias sem empírico, que se descolam da realidade, nutrem-se de si próprias e atendem a interesses da classe dominante ao esconder a realidade ao invés de revelá-la, são um tipo particular de idéia chamada de **ideologia** (CHAUI 1981)

(*) O zoneamento surge no Brasil bem antes de nossas elites tomarem conhecimento dessa prática na Alemanha no final do século XIX. As mais significativas leis daquelas cidades naquela época foram as que proibiam cortiços nas suas áreas centrais. Ver VILLAÇA 1999. Sobre o zoneamento em São Paulo ver, dentre outros: FELDMAN, Sarah, **Planejamento e zoneamento: São Paulo 1947- 1972**, São Paulo, EDUSP/FAPESP 2005, NERY Jr. José Marinho, **Um século de política para poucos: o zoneamento paulistano 1886-1986**, tese de doutorado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2002 e WAKISAKA, Tânia, **Zoneamento de uso, ocupação do solo e produção do espaço urbano em São Paulo**, dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1990.

Enquanto uma construção mental autônoma o Plano Diretor é definido por suas características ou propriedades, ou seja, seria um plano baseado num diagnóstico científico do município e de seus problemas, os quais seriam equacionados integrando seus aspectos sociais, econômicos, políticos e físico territoriais, de maneira a produzir propostas de solução a curto, médio e longo prazos; mais recentemente (nas últimas três décadas principalmente) desenvolveram-se as idéias de que Plano deveria ser elaborado com participação popular e aprovado por lei. Mais ou menos nesses termos são as características ou propriedades convencionais dos Planos Diretores. É o que se ensina em muitos cursos superiores, especialmente os de arquitetura e urbanismo, geografia, turismo e de administração pública. Nestes termos, o Plano Diretor é um objeto pronto e acabado, ou seja a-histórico. Interessa, - seguindo o pensamento de Chaui - entender o plano diretor a partir de suas **determinações**, "...entendendo-se o conceito de determinação, não como sinônimo de propriedades ou de características, mas como os resultados que constituem uma realidade no processo pelo qual ela é produzida. Ou seja, enquanto o conceito de propriedades ou de características, pressupõe o objeto como dado e acabado, o conceito de determinação pressupõe uma realidade como um processo temporal". (CHAUI, 1981, 47).

Em outro texto (VILLAÇA, 1999) recusamo-nos a aceitar o plano diretor a partir desse receituário tradicional que recita suas características ou propriedades e procuramos descobrir suas determinações. Chegou-se então à conclusão - e respondendo à pergunta colocada - de se tratar de uma ideologia.

O dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956) em sua peça **A Vida de Galileu (*)** apresenta um genial exemplo dessas idéias que adquirem autonomia, descolam-se da realidade social são nutridas pela classe dominante, passam a ser idéias dominantes e têm como objetivo facilitar a dominação, tornando-a palatável aos dominados. Um trecho dessa peça serve como um exemplo que se ajusta como uma luva à idéia de plano diretor que se arraigou no Brasil e ao contexto social que a produziu, reproduz e nutre. Por isso vamos transcrever parte dessa peça a seguir.

O trecho relata um episódio que se passa na casa de Galileu em Florença, em seu ateliê de trabalho no segundo andar da casa, onde está seu telescópio. Galileu acabara de descobrir, com a ajuda desse novo e sensacional instrumento, três "estrelas" que, em homenagem à casa de Medici, ele batizara de *Medicéia*. O astrônomo vai receber a visita de três sábios, professores da universidade local e que representam o saber oficial de então: um teólogo, um matemático e um filósofo. Como mostra a peça, todo esse saber é idéia pura, autônoma, que se nutre de si própria e que não tem qualquer compromisso com a realidade empírica. Fazia ele parte de uma coalizão de poder político que então dominava a sociedade florentina (e toda a sociedade semi-medieval da época) e que envolvia a astronomia baseada no sistema ptolomaico, o poder religioso, representado pela igreja católica e o poder político da Casa de Medici. Qualquer descoberta astronômica que derrubasse as teorias em vigor, não representava apenas uma ameaça científica aos astrônomos conservadores, mas a todas as forças dessa coalizão. Como todas as forças conservadoras que dominam o poder social (político, social,cultural, ideológico), essa coalizão criara e difundira a sua versão de uma realidade social, da qual o sistema ptolomaico era um dos pilares. O papel dessas versões era o de tentar ocultar (mesmo que inconscientemente) da sociedade a origem de seus problemas fundamentais. No caso dos problemas urbanos no Brasil contemporâneo, é ocultar a realidade representada não só pela cidade real – a favela, as péssimas condições de saúde e nutrição, a miséria, os córregos imundos, a injustiça, a violência, a desigual distribuição de renda, o tempo perdido em transportes que elimina horas de sono e

(*) **Bertold Brecht**, São Paulo, Editora Civilização Brasileira S.A. 1978, trad. de Gilda Oswaldo Cruz e Geir Campos, e do original alemão de *Gesammelte Werke*: Stüke. Entre pgs 55 e 60. Em São Paulo essa peça foi apresentada, há muitos anos, com o nome de *Galileu Galilei*.

aniquila a saúde, etc. – mas também pela incapacidade da classe dominante de resolver esses problemas. O plano diretor, ou melhor, a idéia de plano diretor, (já que este não tem existência concreta) tem desempenhado, há décadas, o papel de um dos mecanismos utilizados com aquela finalidade.

Só assim é possível explicar a sobrevivência, por todas essas décadas, da idéia de Plano Diretor, apesar de sua inoperância. Nasce daí o choque entre, de um lado, as idéias autônomas e alienadas (como a de plano diretor) e de outro as novas versões da realidade social ou da solução de seus problemas, como as dos movimentos sociais de base popular – Sem Teto, o MNLM – Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, a Central dos Movimentos Populares, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE e outros movimentos.

É no plano diretor enquanto guardião daquelas idéias autônomas, que se baseia este texto. A essas idéias e a esse plano diretor cabem as palavras de Galileu, ao se referir à astronomia Ptolomaica em vigor no seu tempo: elas baseiam num sistema “... que está de acordo com a filosofia, mas infelizmente não parece estar de acordo com os fatos”. Brecht mostra bem, nas palavras dos três sábios, a ciência oca, oficial, que ruma suas próprias “verdades” (o plano diretor) desligada do empírico (a cidade real) revelado pelo telescópio, e que se nutre de formalidades vazias (os professores universitários se comunicam entre si em latim, o que é recusado por Galileu). Um dos traços dos mecanismos utilizados por esse saber oficial (e pelo discurso do plano diretor) é - como faz o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo de 2002 - repisar a complexidade dos fatos, o saber alienado, as aparências vazias (o argumento perderá seu brilho se não for apresentado em latim) o Plano com 1.600 páginas, mais de 300 “Ações Estratégicas” etc.) e o uso de palavreado rebuscado e ininteligível para a maioria (o *economês*, o *urbanês* o *transportês*, o *sociologuês*, o *planejamento estratégico*, as *centralidades polares e lineares* os *elementos integradores*, os *elementos estruturadores*, etc.) (*) como frequentemente fazem os intelectuais, o plano diretor, os diagnósticos técnicos (quase sempre inúteis, rebuscados e exaustivos) e os estudos oficiais. Note-se também o desprezo dos três professores universitários pelo saber dos leigos e pessoas simples. Este é – no nosso caso urbano - o saber daqueles que sofrem os problemas, representados pela maioria com poucos conhecimentos técnicos e que não compareceu às reuniões e audiências públicas dos Planos Regionais e que, quando comparecia, se comportava de maneira acanhada e constrangida. Na peça essa maioria *popular* e esse conhecimento dos que sofrem os problemas, é representada pelo Sr. Federzoni, simples operário-oculista, auxiliar de Galileu e que, dentre outras *limitações intelectuais*, não falava latim.

Os personagens que participam do trecho que transcrevemos são, além do próprio Galileu, do Sr. Federzoni e dos três sábios, professores universitários:

- Dona Sarti, empregada de Galileu e seu filho Andréa, um menino.
- O Grão - Duque de Toscana, Cosmo de Medici, um menino que, juntamente com os três sábios, também veio ver o telescópio, acompanhado por um Mestre-Sala e por suas damas de companhia
- O Sr. Federzoni, operário oculista, auxiliar de Galileu.

GALILEU – Sua Alteza não está aqui?

(*) No mesmo texto (VILLAÇA, 1999,227) explicamos a razão da necessidade e do modismo que constantemente fazem com que sejam criados termos novos (planos de embelezamento, urbanismo, planejamento urbano e planejamento estratégico... e agora *planejamento participativo*) para designar o plano e/ou o processo “modernos”, o *dernier cri*. A última novidade agora é o Plano Diretor Participativo.

O MESTRE-SALA – Sua Alteza subiu. Não se prendam senhores. A corte está ansiosíssima, esperando a opinião da ilustre universidade a respeito do extraordinário instrumento do Senhor Galileu e das suas maravilhosas estrelas novas.

Sobem. Os meninos, caídos no chão, ficam quietos. Ouviram o barulho.

COSMO – Chegaram. Deixe-me levantar.

Levantam-se depressa

OS SENHORES (*enquanto sobem*) - Não, não, está tudo perfeitamente bem.- A epidemia na cidade velha não é de peste, a Faculdade de Medicina excluiu essa hipótese. Com o frio que está fazendo, os miasmas não resistiriam. – O pior desses casos é sempre o pânico. – Não há nada além de resfriados, que são comuns nessa estação do ano. – Não há dúvida possível. - Tudo perfeitamente bem

Saudações no primeiro andar.

GALILEU – Alteza, tenho a felicidade de expor, em vossa presença e aos senhores de vossa universidade, as inovações mais recentes.

Cosmo faz curvaturas muito formais para todos os lados, também para Andréa.

O TEÓLOGO – (*vendo no chão o modelo ptolomaico partido*) – Parece que aqui há alguma coisa quebrada.

Cosmo abaixa-se rapidamente e apanha o modelo, que entrega a Andréa com gesto cortês. Enquanto isso, disfarçando, Galileu dá sumiço no outro modelo.

GALILEU – (*junto ao telescópio*) - Como Vossa Alteza certamente sabe, já faz algum tempo que nós, astrônomos, encontramos grandes dificuldades em nossos cálculos. Nós nos baseamos num sistema muito antigo que está de acordo com a filosofia, mas infelizmente não parece estar de acordo com os fatos. Segundo esse velho sistema, o ptolomaico, supõe-se que o movimento das estrelas seja muito complicado. O planeta Vênus, por exemplo, descreve um movimento do tipo seguinte *Galileu desenha num quadro o trajeto epicíclico de Vênus de acordo com a suposição ptolomaica.*) . Mas mesmo admitindo esses movimentos complicados, não somos capazes de calcular com precisão a posição futura das estrelas. Não as encontramos no lugar em que deveriam estar. E, além disso, há movimentos no céu para os quais o sistema ptolomaico não tem explicação alguma. Me parece que algumas estrelas pequenas, descobertas por mim, descrevem esse tipo de movimento a volta do planeta Júpiter. Se os senhores estiverem de acordo, poderíamos começar examinando os satélites de Júpiter, as estrelas Medicéias.

ANDRÉA – (*Indicando a banqueta diante do telescópio*) - É favor sentar aqui.

O FILÓSOFO – Muito obrigado, meu filho. Mas eu receio que tudo isso não seja tão simples. Senhor Galileu, antes de aplicarmos o seu famoso telescópio, gostaríamos de ter o prazer de uma disputa. Assunto: É possível que tais planetas existam?

O MATEMÁTICO – Uma disputa formal.

GALILEU – Eu achava mais simples os senhores olharem pelo telescópio para terem certeza.

ANDRÉA – Aqui, por favor.

O MATEMÁTICO - Claro, claro. O senhor naturalmente sabe que segundo a concepção dos antigos não é possível uma estrela que gire em volta de um centro que não seja a Terra, assim como não é possível uma estrela sem suporte no céu?

GALILEU – Sei.

O FILÓSOFO – E mesmo se, considerar a possibilidade de tais estrelas que ao nosso matemático (*faz uma mesura em sua direção*) parece duvidosa, eu gostaria de perguntar com toda modéstia e como filósofo: seriam necessárias tais estrelas? *Divini Aristotelis universum...* (começa a falar em latim)

GALILEU – Se possível, eu preferia que continuássemos na língua comum. O meu colega o Senhor Federzoni, não entende latim.

O FILÓSOFO –É importante que ele nos entenda?

GALILAEU – É.

O FILÓSOFO - O senhor me perdoe, pensei que ele fosse seu operário-oculista.

ANDRÉA – O senhor Federzoni é operário –oculista e é um estudioso.

O FILÓSOFO - Obrigado, meu filho. Se o senhor Federzoni insiste.

GALILEU – Sou eu quem insiste.

O FILÓSOFO - O argumento perderá em brilho, mas a casa é sua. O universo do divino Aristóteles, com suas esferas misticamente musicais e suas abóbadas de cristal e os movimentos circulares de seus corpos e o ângulo oblíquo do trajeto solar e os mistérios da tabela dos satélites e a riqueza estelar do catálogo da calota austral e a arquitetura iluminada do globo celeste, forma uma construção de tal ordem e beleza que deveríamos hesitar muito antes de perturbar essa harmonia.

GALILEU – (*dirigindo-se a Cosmo*) Vossa Alteza não quer ver as impossíveis e desnecessárias estrelas através deste telescópio?

O MATEMÁTICO – Não seria o caso de dizer que é duvidoso um telescópio no qual se vê o que não pode existir?

GALILEU – O que o senhor quer dizer?

O MATEMÁTICO – Seria tão mais proveitoso senhor Galileu, se o senhor nos desse as suas razões, as razões que o movem quando supõe que na esfera mais alta do céu imutável as estrelas possam mover-se e flutuar livremente.

O FILÓSOFO – Razões senhor Galileu, razões!

GALILEU – As razões? Mas se os olhos e as minhas anotações mostram o fenômeno? Meu senhor, a disputa está perdendo o sentido.

O MATEMÁTICO – Se houvesse a certeza de que o senhor não se irritaria mais ainda, seria possível dizer que o que está no seu tubo e o que está no céu são coisas diferentes.

O FILÓSOFO - É impossível exprimir esse pensamento de maneira mais cortes.

FEDERZONI – O senhor acha que as estrelas Medicéias estão pintadas nas lentes?

GALILEU- O senhor está me acusando de fraude?

O FILÓSOFO – Mas de maneira alguma. Em presença de Sua Alteza?

O MATEMÁTICO – O seu instrumento, não sei se o chamo de seu filho, ou de filho adotivo, é extremamente engenhoso, quanto a isso não há dúvidas!

O FILÓSOFO – E estamos inteiramente convencidos, senhor Galileu, de que nem o senhor nem ninguém ousaria dar o nome egrégio da casa reinante a uma estrela cuja existência não estivesse acima de qualquer dúvida.

Todos se inclinam profundamente diante do grão-duque....

Depois de uma discussão que, no fundo é sobre a verdade tal como mostrada pela idéia livre e autônoma (aqui, baseada – ou supostamente baseada - numa determinada leitura de Aristóteles) e aquela comprometido com o empírico, todos se retiram sem ter olhado no telescópio.

O que está em jogo aqui é o uso social da “verdade”, especialmente da “verdade racional ou científica” que se impõe socialmente e passa a ser acatada pela maioria dominante, as vezes até mesmo por lideranças progressistas (ou ex-progressistas). Vamos passar muito rapidamente sobre essas duas questões, começando por esta última. O exemplo emblemático que escolhemos é protagonizado por um grande humanista, economista e intelectual – Paul Singer – e uma política progressista, então recém eleita prefeita de São Paulo pelo PT. Luisa Erundina. O relato é do primeiro, confessadamente (então) um “leigo” em planejamento urbano. Relata SINGER (1995, 173) que logo que Erundina foi eleita e já decidido que ele seria seu Secretário de Planejamento, fez ela uma visita ao reitor da Universidade de São Paulo “... na qual enfatizou a necessidade de assistência da Universidade na administração das muitas tarefas que aguardavam o novo governo da cidade, sendo **a primeira delas a feitura de um Plano Diretor... a fim de preparar a cidade para o próximo século!!!** (grifo e exclamações nossos). O desapontamento de Singer está registrado na abertura da obra citada... o de Luisa Erundina não deve ter sido menor.

Quanto a segunda questão acima mencionada (o uso social da “verdade”), evidentemente não vamos desenvolvê-la aqui, mas apenas chamar a atenção para ela.

ARASAWA (2004, 22) faz interessantes reflexões sobre as relações entre, de um lado a verdade associada à ciência e à técnica e de outro o poder político de grupos que a controlam. Seus pensamentos que se seguem são de interesse ao tema, porquê lançam dúvidas sobre o papel dos arquitetos, urbanistas face a “verdade” representada, neste caso, pelo Plano Diretor, quando comparada com aquela que os engenheiros paulistas, por ele estudados, procuravam dominar no início do século XX. Vamos abordar um aspecto que sua análise não cobre, e por isso mesmo é por ela suscitado.

Diz ele haver “... poucos bens mais preciosos do que a capacidade de controlar os processos de validação da verdade, de nomear os fatos do mundo e que “... as sociedades modernas... parecem

ter aumentado ainda mais a dependência dos indivíduos em relação aos que, dominantes nas suas esferas sociais específicas, controlam a verdade legítima de cada diferente parcela da vida quotidiana...” Arasawa faz essas considerações, preparando o terreno para o estudo que faz da ascensão do grupo social constituído pelos engenheiros, arquitetos e urbanistas em São Paulo, entre 1890 e 1930. Afirma que essa “verdade” é “...conquistada em meio a lutas que visam, a um só tempo impor categorias de divisões sociais (grupos, classes, castas etc.), instituir monopólios de grupos específicos sobre determinadas dimensões do real e constituir vínculos de dependência que subjuguem os atores sociais às “verdades monopolizadas.” Essas idéias são pertinentes a nossa análise sobre os Planos Diretores por que elas suscitam a seguinte indagação: se isso é verdade para aqueles profissionais naquele período, quando eles estavam se afirmando na sociedade paulista, seria também para os dias de hoje e para os urbanistas e arquitetos em geral? A atual posição social dos arquitetos e dos urbanistas já está conquistada. Por que “verdade” lutam os urbanistas para, pelo menos, manter certo monopólio de “suas verdades” e com este sua posição social? Afinal eles não precisam do “plano diretor” para consolidar essas posições. Na verdade há outros grupos que lutam mais pelo Plano Diretor – o setor imobiliário e os moradores das Z-1, por exemplo – do que os próprios arquitetos e urbanistas, embora destes se junte àqueles. Como entender isso? Essa especificidade do Plano Diretor e dos urbanistas enquanto grupo profissional só será entendida se o Plano Diretor for associado não à defesa de posições de grupos, profissionais ou de bairro, mas encarado enquanto integrante de uma ideologia e como tal produto da classe dominante (Arasawa menciona acima as “classes” dentre as categorias de divisões sociais). Diríamos, parafraseando-o que a validação de autoridade específica e produção da autoridade ou a fundação de um poder de uma autoridade técnica, corporificados no Plano Diretor, não partem dos arquitetos e urbanistas mas da classe dominante que usa sua autoridade técnica. Enquanto que, entre 1890 e 1930 os engenheiros, arquitetos e urbanistas lutavam por se firmarem, hoje a situação se inverteu: é a classe dominante que, ao lutar pelo “Plano Diretor”, valoriza a posição dos arquitetos e urbanistas.

Finalmente, comentemos a importante manifestação de SINGER (1995, 177) depois de sua experiência na elaboração do Plano Diretor de São Paulo (1989-1992). “As pessoas querem planos porque eles aparentemente “garantem” um futuro melhor, o que significa que planos, principalmente planos diretores, expressam o poder da comunidade politicamente organizada de decidir seu próprio destino. A pergunta é: será que a comunidade possui tal poder?” Em primeiro lugar, como mostrei em **As ilusões do plano diretor**, não existe “a” comunidade, mas sim várias comunidades, com diferentes níveis de organização, de poder e de atuação política e de competência técnica, sejam moradores, sejam empresários. A minoria constituída pelos moradores de alta renda pode, neste caso do Plano Diretor, ser chamada de comunidade organizada, competente e poderosa politicamente. Mesmo assim ela não detém “o poder” de decidir livremente sobre seu próprio destino, nem mesmo no tocante àquilo pelo que elas tanto lutam: a qualidade ambiental de seus bairros. Isso porquê esse destino é decidido numa arena onde se debatem outras organizações, algumas igualmente poderosas e competentes .. e o “destino” é fruto da resultante (tal como na física) desse jogo de forças. Há o conflito.

BIBLIOGRAFIA

AGACHE, Alfred, 1930, **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, remodelação, Embelezamento**, Paris, Foyer Brésilien, 1930. O Capítulo I se chama “Le problème du plan directeur”, o II, “Ossature du plan directeur” e o III “Les éléments fonctionnels du plan directeur”.

ARASAWA, Cláudio H. **Os construtores da nova ordem: engenheiros, arquitetos e urbanistas na cidade de São Paulo: 1890-1930**. Memorial de Exame de Qualificação para a obtenção do título de Doutor junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Murilo Marx. São Paulo, 2004

CHAUI, Marilena, **O que é ideologia**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, 2ª ed.

FELDMAN, Sarah, **Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972**, São Paulo, EDUSP/FAPESP, 2005.

NERY JR., José Marinho, **Um século de política para poucos: zoneamento paulistano, 1886 - - 1986**, tese de doutorado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Luiz C. Queiroz e PEACHMAN, Robert, **O que é a questão da moradia**, São Paulo, Brasiliense, 1983.

SINGER, Paulo, *O Plano Diretor de São Paulo, 1889-1882: A política do Espaço Urbano*, in Maria Cristina, org. **Na Sombra da Cidade**, São Paulo, Editora Escuta Ltda. 1995

VILLAÇA, Flávio, *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*, in DEAK, C e SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**, São Paulo, FUPAM/EDUSP, 1999, p.169/244